

CLIMA

Prorrogação de prazos ainda é insuficiente para enfrentar danos das enchentes



Medidas contemplam mais tempo para pagamento de impostos e benefícios para os atingidos, mas falta de especificidade nas regras deixa margens para dúvidas de quem são os contemplados

CAREN MELLO, ESPECIAL PARA O JC COM AGÊNCIAS

caren.mello@jcrs.com.br

As enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul neste mês de maio impactaram, no mínimo, 700 mil micro e pequenas empresas. O número deve aumentar porque só agora algumas pessoas estão conseguindo retornar para cidades que estavam isoladas pela chuva.

São negócios de todos os setores, como farmácias, comércios, pequenas indústrias e prestadores de serviços, caso dos escritórios de Contabilidade que atendem todos os demais, dentro e fora do Estado.

Uma série de ações tem sido anunciadas para apoiar os empresários gaúchos. O governo federal criou linhas de acesso ao crédito para grandes e pequenas empresas e suspendeu o pagamento de dívidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Na última quarta-feira, dia 29 de maio, também foi anunciado mais um conjunto de medidas de auxílio, com novas linhas de financiamento. O anúncio, porém, frustrou o empresariado local. Fiergs e Federasul, entre outras, embora tenham destacado a importância dos recursos, se manifestaram apontando dificuldades para a captação em função das taxas de juros. Os dirigentes também lamentaram a ausência de medidas emergenciais de manutenção do emprego, como na pandemia, e pediram urgência na liberação de capital de giro.

As mesmas demandas fizeram parte de um pleito encaminhado pela Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) para o governo federal. Da lista, foi conquistada a prorrogação de prazos pelos profissionais da área para as obrigações princi-

pais e acessórias. A categoria, no entanto, está insegura. Segundo os profissionais, mesmo nos municípios não atingidos pelas enchentes, as dificuldades funcionais são grandes. Além disso, caso o decreto estadual que define as cidades em calamidade seja alterado, não há definição sobre manutenção do prazo de 31 de agosto.

De acordo com o fundador e CMO da Agilize Contabilidade Online, Marlon Freitas, nesse momento é essencial que governos federal, estadual e municipal se sensibilizem com a situação e permitam esse “respiro” para os empreendedores. “Minha preocupação é somente com relação aos prazos que me parecem ainda muito curtos e que certamente serão revistos e ampliados, uma vez que os problemas desses empreendedores não vão ser resolvidos em dois ou três meses”, avalia o empresário.

A principal orientação é que o empreendedor tenha sereni-

dade para tomar boas decisões neste momento, tendo, como primeiro cuidado, não misturar pessoa física com pessoa jurídica e realmente usar os recursos liberados para restabelecimento da empresa, principalmente a estrutura física desses negócios. “No retorno das atividades, o ideal é que seja feita uma boa gestão de fluxo de caixa, já pensando no pagamento da dívida”, diz. Freitas também está oferecendo suporte aos clientes da empresa que são do Estado.

Apesar das notícias de inúmeras empresas que vão encerrar as atividades depois da tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul, o empresário reforça a importância das medidas governamentais: “Caberá ao governo, após os resgates, cuidar da economia para que os impactos da catástrofe não se ampliem”, pontua. Ele observa que as pequenas e médias empresas são responsáveis por boa parte da geração de empregos e abastecimento de

bens não só no Estado, mas em todo o Brasil.

No suporte a essas empresas, o governo gaúcho criou o Gabinete de Apoio ao Empreendedor, que conta com a participação das secretarias da Fazenda, de Inovação, Ciência e Tecnologia, de Trabalho e Desenvolvimento Profissional e de Turismo, Junta Comercial do RS, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), agências de fomento, instituições financeiras e entidades empresárias. O governo pede que seja preenchido o formulário que está sendo disponibilizado para os empresários atingidos. “Precisamos do maior número possível de respostas para estabelecer um planejamento sustentável de retomada das empresas gaúchas”, anunciou o secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul, Ernani Polo.

LEIA MAIS NA PÁGINA 3